

ORAÇÃO DO PATRONO

Ministro NELSON HUNGRIA

Meus jovens colegas:

Não podia ser mais aliciante da minha vaidade o convite que me fêz a Turma Universidade do Ceará para que eu fôsse, nesta solenidade, o seu patrono. É que êle significa para mim, veterano das lides do Direito, o testemunho de confortante aprêço, qual seja o da gente moça que vai formar na *ala dos namorados* convocada para a linha de frente nos prélios da Justiça. Nesta hora crítica da Civilização, em que no próprio campo do Direito, após dois milênios de estabilidade e segurança, se abre uma encruzilhada de incertezas e perplexidades, é motivo do mais justo orgulho do encanecido combatente o ser chamado para vir exortar aos que vão entrar no aceso da refrega. A preferência com que me honraram os bacharelados do Ceará vem, talvez, da notícia, que lhes chegou, de que trago comigo a coragem inteira das minhas idéias, não me arrefecendo jamais o calor com que as proclamo e defendo. Sou uma consciência em dissídio com o espírito de emancipação do passado, que empreendeu, no mundo contemporâneo, a inglória tarefa de criar um Direito deslocado do álveo de sua evolução histórica. Venho de uma época anterior à generalizada subversão moral e mental decorrente das duas Grandes Guerras, e continuei a prestar fidelidade aos princípios e valores tradicionais, não por amor à rotina ou atitude de conservantismo, mas por convicção dialética,

no cotidiano confronto entre as idéias que se dizem caducas e as *idéias novas*, supostamente retificadoras dos critérios basilares do Direito que a razão e a experiência, através dos séculos, ensinaram ao *homo socialis*. Não desertei a trincheira em que se propugna pelo Direito como ordem de paz e equilíbrio das liberdades coexistentes, e não como legitimação do tripúdio da autoridade do Estado sobre “poeira de indivíduos”, segundo o credo que, exacerbado, redundou no regime que impera para lá da “Cortina de Ferro”. Permaneci legionário do Direito que serve à Justiça, mas Justiça sem adjetivos, sem partidos, sem unilateralismos, sem *slogans* facciosos, sem cartazes de propaganda eleitoral. No confusionismo da época atual, inventou-se um direito cerebrino para atender à justiça que se convencionou qualificar de “socializada”, mas que, carregando no seu acento tônico, só tem servido ao advento de crescente incursão do Estado na órbita da liberdade individual e à implantação da indisciplina e da desordem, como contra-golpe dos novos critérios político-jurídicos. O direito privado vai-se tornando, cada vez mais direito público, - o que vale dizer :a liberdade individual está sendo, cada vez mais, atropelada pela autoridade do poder estatal. Como assinala *Ripert*, ao invês de *leis justas*, que se impunham outrora ao respeito coletivo, o que se vê, atualmente, são leis de emergência, em estos de maré montante, que o Estado prescreve para suprir sua incapacidade de gestão e que, quando não iludidas pela fraude, provocam tôda sorte de atritos e inconformismos. Perdeu-se a fé nas leis, porque sua validez já não assenta nos princípios invioláveis da justiça, mas no arbítrio do poder. A antiga vontade discricionária do Príncipe vem agora sob a máscara de leis editadas em nome do povo, dissimulando-se a sua tirania com o dizer-se hipocritamente ao povo: “é para teu bem”. O grande pretexto é a consecução da felicidade geral, o *bonum commune omnium*. O mundo contemporâneo está dividido em duas metades: numa, como meio de salvação, pretende-se abolir

a *vida espontânea* ou *vocação humana* do indivíduo, para enquadrá-lo no automatismo das massas reduzidas à condição dos búfalos domesticados das lagunas pontinas; noutra, ainda se crê na felicidade dentro da Civilização tradicional, dispensado o extravagante recurso de solver o problema social com a eliminação pura e simples do seu dado essencial, que é a imperecível tendência de liberdade do homem. Alisto-me decididamente entre aquêles que não podem conceber um novo ciclo de civilização em que o preço da felicidade do ser humano seja a perda de sua liberdade, a renúncia de si mesmo, a abdicação do direito de iniciativa autônoma na realização do próprio destino. Não se pode resolver uma equação abstraindo um de seus termos indeclináveis. Seria evidentemente absurdo que o médico, para curar a cardiopatia do seu cliente, lhe extirpasse o coração. O problema que se apresenta é o do individualismo como proclividade imortal do homem, e, com o suprimir a liberdade individual, não é resolvido o problema, mas artificial e arbitrariamente eliminado o seu núcleo mesmo, o seu próprio cerne; de modo que, mais cedo ou mais tarde, virão necessariamente os contra-choques e ricochetes, ou, o que será pior, a História da Humanidade, como adverte insigne sociólogo contemporâneo, se deteria num ponto morto, pois já não haveria mais divergências nem convergências, dada a ausência de fontes autônomas de vontade e de destino. E tudo se aquietaria na desoladora platitude de multidões de homens automatizados como o cão de Pavlov.

Diz-se que, então, ao indivíduo se lhe simplificará o problema da vida, poupando-se-lhe o *tormento* da liberdade e a *fadiga* das próprias iniciativas. Suprimir-se-iam as aflições, as cruzes e as injustiças que lhe criou a Civilização atual. Mas, argumentar assim é desconhecer a natureza humana, é ignorar que o supremo bem da vida é a liberdade. Sòmente os idiotas para-humanos estão dispensados de partilhar do drama da vida

e podem gozar, pela sua incapacidade de comparação, pela sua deficiência psíquica, a felicidade irrestrita no mundo terreno. Nenhum homem íntegro de espírito consentirá, sem coação, em trocar os dissabores e atropelos da vida em liberdade pela prometida segurança da vida de senzala. É uma pura abstração da realidade humana e da experiência histórica o dizer-se que o dirigismo da existência do homem pelo Estado será o retôrno ao paraíso terrestre. O que iria ocorrer é fácil de presumir: o mundo transformado em colônias de homens-robots ou homens-térmitas, subordinados a atitudes e movimentos previamente regulados, sem um só instante de aventura, sem um só momento de álea ou de risco, — o que vale dizer: um mundo organizado para o desencanto da vida ou em que o apêgo à vida somente se justificaria pelo mêdo de morrer. Não se estenderia pela face da terra o manto da felicidade, mas a monotonia enervante de cupins roendo madeira, sem outro fim que êsse mesmo, estúpida-mente solidário e igualitário, de roer madeira. Positivamente, não é admissível que a felicidade seja isso. Não se pode convir em que a ventura do homem esteja na irracionalização do homem. Se se suprime o espírito de iniciativa ou a autonomia da vontade do homem na consecução de si mesmo, está-se a irradiá-lo de sua própria alma, do seu próprio *élan* vital, e nada mais restará que um ser passivo e triste, para quem a vida seria tão carente de plausibilidade como a dos emasculados bois de carro, em cujos olhos voltados para o solo, no chouto ritmado do jornadaio, nem mesmo pode refletir-se o azul do firmamento. Não há interêsse algum de ordem social, por mais relevante, que possa justificar a anulação da liberdade e, portanto, da personalidade humana. Reconheçamos, com Jhering, que o fim do direito é o bem da sociedade, mas êsse fim não pode ser alcançado com um direito supressivo da liberdade individual, pois isto redundaria na destruição ou abstração dos imprescindíveis valores e virtualidades pessoais do indivíduo, em detrimento do

próprio bem comum. A sociedade não pode ser metamorfoseada num vasto "caldeirão" de saúvas, em que cada indivíduo só é capaz do mesmo e estereotipado esforço, numa rotina desoladora e incompatível com a idéia do progresso que é peculiar ao homem. Conttenham-se os excessos da expansão egoística do indivíduo humano, mas êste tem de ser preservado na autonomia do seu querer e no seu poder de iniciativa, para que possa viver segundo sua própria experiência, e não segundo um tipo de experiência estandardizado pelo Estado. A apregoada "socialização do direito" não pode conduzir a um direito lastreado tão somente pelo ferrenho e despótico utilitarismo do maior número, a converter o indivíduo num escravo ajoujado ao carro triunfal do Estado.

Estou bem certo de que as duas Grandes Guerras, com o seu tremendo espetáculo de destruição, abalaram a crença dos homens na eficácia da Civilização, cujo último ciclo se encetou com a Revolução Francesa. Foi em razão delas que o mundo entrou em crise. Por entre os escombros da catástrofe, começaram de aparecer, como estranhos escorpiões e tarântulas, as chamadas "idéias novas". Reclamaram-se novas fórmulas políticas, sociais e jurídicas, e no torvelinho do pandemônio foi que se engendrou a filosofia anti-humana da negação da liberdade individual, de que se alimentaram as ideologias totalitárias. Mas estas só têm servido para envenenar ainda mais o mundo, lançando-o nessa *guerra fria* em que se empenham o Ocidente e o Oriente e em que se vão gastando as energias humanas para o advento, não de uma nova era de civilização tranquila e fecunda, mas de novas hecatombes, que, já agora, com a bomba atômica, deixariam a perder de vista as precedentes, ameaçando de extinção o próprio gênero humano.

Compreendo o atual ceticismo da humanidade, mas o novo ciclo de civilização ou de cultura não poderá subsistir como *proles sine matre creata*, renegando tudo quanto foi construído

pelos ciclos anteriores. Civilização sem passado é milagre de levitação, e nenhum período de civilização jamais morreu de todo. Contestando o cassandrismo de Spengler, já disse uma vez, e repito: “Como evidencia a História, todos os ciclos culturais se relacionam geneticamente de modo tão íntimo, que, de um ponto de vista panorâmico, se deve conceituar a Civilização como uma continuidade fenomênica. Tem sido a Civilização, no desfile dos séculos, como uma árvore a alternar-se entre primaveras e outonos, sem perder jamais sua capacidade de sobrevivência e reflorescimento, embora, às vezes, seja necessária uma transplantação, seguindo a marcha dos astros. Cáem os impérios, morrem as nações; mas a Civilização prossegue, reabilitando-se de suas decadências periódicas. A Civilização tem possibilidades que não se extinguem. Traz no seio grãos de trigo como aquêle que pôde germinar depois de um sono milenário no sarcófago de Tut-Ank-Ammon. Pode dizer-se que a Civilização é um todo, cujas linhas de estrutura medular percorrem o tempo desde o princípio dos princípios até o dia de hoje. Está sujeita a grandes alterações, a depressões profundas; mas os produtos culturais cíclicos não perecem totalmente e para todo o sempre. Nas veias da Civilização atual corre sangue hebreu, assírio, egípcio, grego, romano, medieval. No rescaldo de um ciclo cultural, restam sempre áscuas bastantes para o ateamento de novas chamas. Cada um dêles é uma cabeça de ponte para outro. A Civilização dispõe de uma inesgotável capacidade de recuperação. Há sempre concordatas nas suas falências. Dir-se-ia mesmo que, sob novas formas, os períodos culturais se repetem. Muitos séculos antes de Vico já Virgílio se referia à “eterna recorrência das coisas e dos fatos”.

Não se pode descrever, portanto, da debelação da crise do mundo contemporâneo. Tal debelação, porém, jamais poderá operar-se com o repúdio integral do acervo hereditário formado pela continuidade cultural no campo das relações humanas.

Notadamente, não seria ela praticável, se se fizer *tabula rasa* do instinto da liberdade do homem. O conformismo de escravos nunca deixou de ser transitório: é caldeira sob pressão, que, quando não encontra válvula de escapamento, arrebenta pela explosão. Não será possível uma nova era de paz e mútua inteligência sem o reconhecimento, por toda parte, como dizia Roosevelt, da supremacia dos direitos humanos, enfeixados no poliedro da liberdade individual, e entendida esta como o poder imediato e direto do homem sobre si mesmo, facultando-lhe a realização de sua própria personalidade, tornando-o o único senhor e responsável do seu destino, sem outros entraves que o poder ou direito igual do próximo e o concreto interesse geral.

O que é preciso, antes de tudo, é prepararmo-nos, de novo, para o liberalismo, para a renovada experiência da liberdade, para o regime político-jurídico da reafirmação e preservação, a todo preço, da dignidade humana. Precisamos de voltar à exaltada fé libertária que rompeu com a divinização do Príncipe e derribou a estatolatria medieval. Precisamos de retornar ao culto sagrado da liberdade, à “religião dos *Direitos do Homem*”, ao idealismo fanático para a consecução do Homem livre no Mundo livre.

Há muita iniquidade e baixeza por êsse mundo de Deus a fora; mas há, também, muita virtude e beleza moral. Há celestiais e há santos, covardes e heróis, hienas e pelicanos. Positivamente, o homem, de modo geral, não é aquêle ser que o Iluminismo dizia naturalmente inclinado para o Bem; mas, em compensação, não é o ser irremediavelmente perverso e estúpido que o autoritarismo pressupõe, para legitimar a sua despersonalização. Sem dúvida, não é possível trazer o céu para a terra, mas os charlatões marxistas que se inculcam o objetivo de semelhante transladação, estão apenas promovendo para a Humanidade a perda do céu e da terra. Retifique-se o liberalismo, alterando-se a premissa dos filósofos do jusnaturalismo e acentuan-

do-se a proteção legal dos fracos contra os fortes, dos bons contra os maus; mas não se leve a personalidade humana para o leito de Procusto do dirigismo integral do Estado, pois isso importaria em suprimir a vida histórica do gênero humano, que se aviltaria na passividade de um imenso rebanho de Panúrgio, a viver apenas para o momento presente, sem outro ideal que o de encontrar pasto em igualdade de condições. Estaria eliminado o sentido humano da vida, e o homem não seria mais que um animal doméstico.

Meus jovens colegas:

Estais armados cavaleiros para o combate do Direito e da Justiça. Não vos deslembreis, porém, desta minha admoestação: o Direito será uma mentira e a Justiça uma comédia, se deixarem de ter por escopo e apanágio a garantia da liberdade humana. Deveis inscrever nos vossos escudos a seguinte divisa: *Pro libertate certabimus* (Lutaremos pela liberdade). Sem o clima da liberdade, a vida não vale a pena de ser vivida. Não esmoreçais nunca na contenda pela liberdade. Pleiteai por ela, mesmo contra as leis, porque não se deve obediência a leis opressoras.

Lutai por ela, mesmo contra o poder constituído, pois êste não merece respeito quando se desmanda contra a liberdade. Pugnai pela liberdade a todo custo. Pelejai por ela até mesmo contra Deus, pois foi o próprio Deus que, orientado-nos no ódio ao cativo, nos imprimiu a nobre linha vertical e o semblante voltado para os astros.

Não permitais que no Brasil, onde a liberdade é planta nativa, se alastre o paradoxo daqueles que postulam a liberdade de se tornarem escravos.